

Caros associados

Relativamente ao pagamento indevido do subsídio de turno no subsídio de férias de 2009, cumpre-nos informar que infelizmente a muito poucos dias da prescrição dos cinco anos relativo a este valor, as finanças enviaram as cartas que terminam com o prazo da prescrição.

Sempre soubemos que este valor tinha sido indevidamente pago aos trabalhadores.

Fizemos uma enorme pressão sobre o INEM e o Ministério da Saúde devido à injustiça da cobrança deste valor, pois o INEM deve aos seus funcionários milhões de Euros em acertos de horas e teimava em cobrar uns míseros euros aos funcionários.

Para quem não se lembra, foi esta a causa da demissão do antigo presidente do INEM, Dr. Abílio Gomes.

Mas, infelizmente este Governo e este novo Conselho Directivo não aceitaram as nossas justificações e decidiram avançar com esta cobrança.

Neste momento o pagamento é inevitável.

Dado este facto solicitamos que façam o pagamento nas finanças locais da vossa área de residência.

Informamos que o STAE irá suportar todos os custos (caso hajam) de juros ou outros valores legais envolvidos, da mesma forma que foi feito com o averbamento da carta do Grupo 2.

Esta postura deste novo Conselho Directivo em nada beneficia as relações com os trabalhadores, ainda para mais a assistir às recentes declarações do Presidente do INEM que visam em aumentar o pagamento das horas dos Médicos e Enfermeiros das VMER.

Esperamos que esta boa vontade expressa pelo Sr. Dr. Paulo Campos rapidamente passe para os operacionais e reais funcionários do Instituto em que o mesmo é Presidente.

Não podemos ter um discurso de empenho e boa vontade para quem voluntariamente participa no sistema e não haver nenhuma atitude semelhante para quem profissionalmente e diariamente presta o socorro dentro do INEM.

Todos os Técnicos estão a fazer um esforço para manter esta casa a funcionar, mas a boa vontade tem limites!

Para se ter uma ideia, o INEM quis cobrar cerca de 65.000€ dos subsídios em troca de 6.000.000.00€ dos acertos de horas e feriados.

Iremos, em cooperação com a Comissão de Trabalhadores do INEM, avançar o quanto antes com os processos legais para a cobrança judicial destes valores.

Este processo poderá demorar anos, mas o STAE vai-se manter inabalável.